

Jornal do Sintufrij

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXXVII - Nº 1416

24 de julho a 6 de agosto de 2023

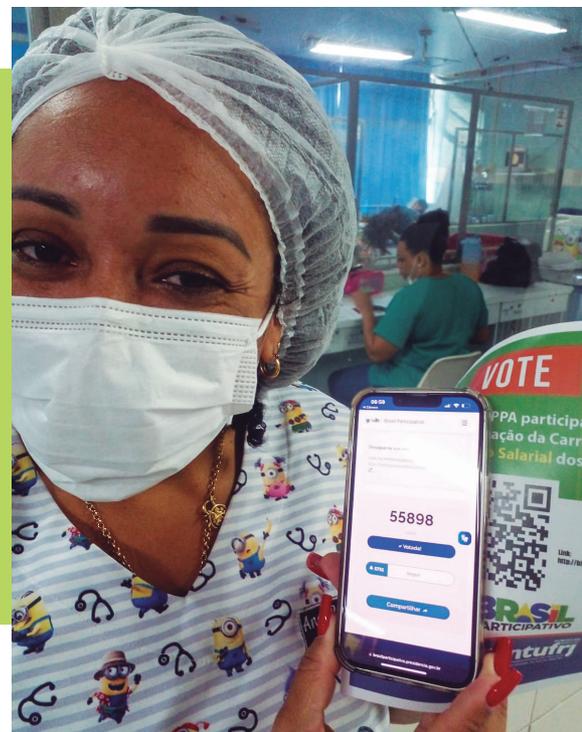
www.sintufrij.org.br

Reunião do GT Mulher- Sintufrij

Quarta-feira,
26/7, às 15h, no
Espaço Cultural
do Sintufrij
Pauta: agenda
do GT e
escolha de
representantes
para a Marcha
das Margaridas,
nos dias 15 e 16
de agosto, em
Brasília. O lema
da mobilização
deste ano é Pela
Reconstrução
do Brasil e pelo
Bem Viver.

CARREIRA NO PPA: DEPOIS DOS 77 MIL VOTOS, OS PRÓXIMOS PASSOS

Página 6



25 DE JULHO

SUPERTERÇA-FEIRA

■ ATO CONTRA A EBSE RH E
PELO PISO SALARIAL DA
ENFERMAGEM E PANFLETAGEM
NOS HOSPITAIS DA UFRJ

Página 3

■ À TARDE: LIVE ÀS 15H SOBRE A
CAMPANHA SALARIAL

Página 3



E MAIS: SAIBA O QUE ESTÁ SENDO PROPOSTO PELAS ENTIDADES
DE SERVIDORES NA MESA DE NEGOCIAÇÃO NACIONAL *Página 4*

GT Carreira-Sintufrrj entra na fase de elaboração de propostas

Em virtude das ações contra a Ebserh e por respeito ao piso da enfermagem, a próxima reunião do GT Carreira-Sintufrrj será na terça-feira, 1º de agosto, às 14h, presencial (na sede do sindicato) e on-line



NA SALA DA SEDE DO SINUFRRJ, participação presencial de integrantes do GT Carreira-Sintufrrj

Na reunião do GT Carreira-Sintufrrj na terça-feira, 18, os participantes (presencial e online) debateram o relatório preparado pelo subgrupo sobre Desenvolvimento, Capacitação e Qualificação. O debate e o esclarecimento de dúvidas foram em torno de distorções, desvio de função, incentivos, titulações, teletrabalho, entre outras questões que fazem parte e/ou devem passar a constar das propostas de reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) que serão discutidas na mesa com o governo.

O texto, lido integralmente, foi elaborado

com base nas reflexões sobre as teses levadas ao XXIV Congresso da Fasubra pelos coletivos políticos que militam no movimento sindical na UFRJ, e em levantamentos do acúmulo das discussões semanais do grupo de trabalho do Sintufrrj. Os subgrupos foram formados para auxiliar no aprofundamento do debate sobre os temas que envolvem a carreira da categoria. Na reunião anterior, o GT discutiu o relatório elaborado pelo subgrupo Estrutura, Cargo e Tabela.

Tarefas – As propostas dos subgrupos temáticos serão sistematizadas para ajudar

na compreensão dos que não participam do GT Carreira-Sintufrrj e para objetivar a discussão no grupo de trabalho. O texto reunirá, separadamente, as propostas consensuais e as controversas.

O relógio anda e avisa que não há folga no tempo para a conclusão da discussão sobre a carreira. Na quarta-feira, 26, a Fasubra realizará reunião do GT Carreira Nacional, virtualmente, às 14h, e, na segunda quinzena de setembro, uma plenária nacional, quando toda a base da Federação deverá ter encaminhado suas contribuições para a reestruturação da carreira.

PGD: reunião da Comissão



Outra reunião da Comissão Central de Acompanhamento da normativa que regulamentará o Plano de Gestão e Desenvolvimento (PGD) foi realizada na quarta-feira, 19, na Pro-Reitoria de Pessoal (PR-4). Como se sabe, a minuta elaborada pelo GT Carreira-Sintufrrj está sendo considerada como texto-base para a elaboração do PGD/UFRJ. Na reunião de quarta-feira, a discussão foi voltada para o aperfeiçoamento do texto. Além dos integrantes da Comissão, todo o estafe da PR-4 participou. A adesão ao PGD foi aprovada pelo Consuni, e o programa precisa de normativa para ser implementado.

UFRJ não está à venda

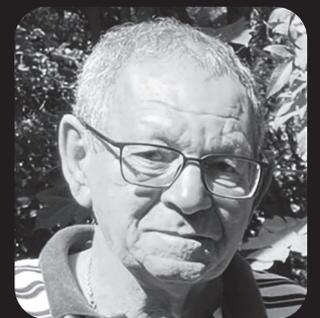


Na quarta-feira, 19, representantes do Sintufrrj, estudantes e docentes engajados no movimento “A UFRJ não está à venda” que se opõe à privatização de parte do território da Praia Vermelha, se reuniram no Ipub para discutir ações relacionadas ao assunto que preocupa a comunidade universitária. Próxima reunião será quarta-feira (26), no mesmo local, com a participação ampliada.

NOTA DE FALECIMENTO

Com pesar informamos o falecimento do técnico-administrativo Pedro Gil do Nascimento, aos 73 anos, ocorrido no dia 18 de julho. O companheiro era motorista na Prefeitura Universitária (PU) e servidor da UFRJ desde 1989. Casado, deixa também uma filha.

“Um grande profissional e ser humano que por tantos anos prestou serviços à PU com tamanho zelo e comprometimento”, destacou em nota a Prefeitura Universitária, solidarizando-se com a família e os amigos de Pedro Gil.



A LUTA NOS CONVOCA

Plenária da Fasubra aprova agenda dupla. Saiba como ela se dará na UFRJ

- A luta dos servidores ganha intensidade nos próximos dias com a convocação para uma agenda de manifestações – de acordo com a deliberação da Fasubra.
- Nesta terça, 25 de julho, ato contra a Ebserh e em defesa da aplicação adequada do piso da enfermagem (*veja matéria na página 7*).
- Na sexta-feira, 4 de agosto, Dia de Luta Nacional da Fasubra pela Campanha Salarial.
- Saiba na página seguinte a proposta que está sendo negociada na Mesa Nacional de Negociação apresentada pelas entidades nacionais de representação dos servidores.
- Esta edição também traz informações sobre os próximos passos da vitoriosa campanha do PPA Participativo que busca colocar o PCCTAE no Orçamento.

Estamos atentos contra Ebserh na UFRJ

Na segunda semana de julho, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho recebeu a visita da direção da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para analisar custos e infraestrutura de uma eventual implantação aqui na universidade – proposta que rejeitamos.

O Sintufrj reforça seu posicionamento, que representa as diretrizes do Congresso da Fasubra, no qual repudiamos o modelo de gestão empresa, que na prática é um grande esquema de terceirização do serviço público, na modalidade autárquica e que representa ataque à autonomia das universidades.



Foto: Internet

Na prática, a Ebserh não tem representado a solução dos problemas dos demais hospitais universitários onde foi implantada: faltam leitos ativos, há

déficit de pessoal e carece de investimento financeiro.

Por isso, faremos uma mobilização para defender nossos hospitais e nossa categoria!

Um 25 de julho de luta contra a Ebserh e pelo piso da enfermagem

- 7h: ato em frente ao HUCFF.
- Visitas setoriais com distribuição de jornais nos Hospitais da UFRJ (entre em contato com o sindicato para apoiar).
- 15h: Live sobre a Proposta de Campanha Salarial, Carreira no PPA e Piso da Enfermagem.
- 4 de agosto: Dia de Luta Nacional da Fasubra pela Campanha Salarial (atividade será divulgada em breve).

CAMPANHA SALARIAL: VEJA O QUE ESTÁ SENDO NEGOCIADO COM O GOVERNO

Proposta encaminhada pelo Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais na mesa de negociação



NOSSO BLOCO É ESTE

Os reajustes seriam assim escalonados:

Bloco I

- 2024 – 15,27%
- 2025 – 15,27% + Inflação de 01/07/2023 a 30/06/2024
- 2026 – 15,27% + Inflação de 01/07/2024 a 30/06/2025

Bloco II

- 2024 – 11,84%
- 2025 – 11,84% + Inflação de 01/07/2023 a 30/06/2024
- 2026 – 11,84% + Inflação de 01/07/2024 a 30/06/2025

2. ITENS NÃO SALARIAIS

- Equiparação dos auxílios alimentação, creche, saúde e demais;
- Atualização da indenização de transporte;
- Convenção OIT 151 (data-base, TST e TRT para dissídios e negociações coletivas);
- Direitos previdenciários (fim da contribuição de aposentados e pensionistas; livre opção por reajuste anual pelo IPCA x paridade; revogação do Decreto nº 10.620 e retirada do PLP 189/2021);
- Licenças para o exercício de mandato classista sem ônus para as respectivas entidades de classe, o que enseja alteração no art. 92 da Lei nº 8.112/90;
- Fortalecimento do Decipex;
- Normatização plena do Benefício Especial no caso das migrações ao RPC;
- Abertura de negociação para acordos relativos aos 28,86% às carreiras ainda não contempladas (Súmula Vinculante 51 do STF);
- Financiamento das entidades de classe dos SPF (justificativa: em função do RPC, haverá redução da arrecadação sindical, pois o recolhimento será apenas sobre o teto do INSS);
- Envio ao Congresso de nova PEC para alteração da Emenda Constitucional 113/2021 (PEC dos precatórios), a fim de excluir dos efeitos da EC os precatórios de caráter alimentar.

1. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Em relação ao índice geral para os servidores públicos federais, destacamos:

- As negociações de 2015 resultaram em correção parcial das perdas salariais, mas algumas categorias firmaram acordos por apenas dois anos (implementação em 2016 e 2017), enquanto outras, por quatro anos (implementação em 2016, 2017, 2018 e 2019), o que requer solução na negociação que se inicia;
- Entre 2019 e 2022, além das perdas já existentes, houve congelamento salarial do funcionalismo, situação atenuada com o reajuste emergencial de 9% concedido no início de 2023; e
- Apesar de a inflação estar em queda, o seu impacto ainda será verificado neste e nos próximos anos. De acordo com o Relatório Focus de 23/06/23, os índices serão 5,06% em 2023, 3,98% em 2024, 3,80% em 2025 e 3,72% em 2026.

Solicitamos, portanto, que o reajuste seja concedido pela variação do IPCA, a partir de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2023 (114,08%), conforme descrito abaixo:

Bloco I – Formado pelos Servidores Públicos que tiveram neste período os seguintes reajustes: 2013 (5%), 2014 (5%), 2015 (5%), 2016 (5,5%), 2017 (5%) e 2022 (9%), totalizando 39,77%.

Reivindicamos a recomposição das perdas salariais do período: 53,17%.

Bloco II – Formado pelos Servidores Públicos que tiveram neste período os seguintes reajustes: 2013 (5%), 2014 (5%), 2015 (5%), 2016 (5,5%), 2017 (5%), 2018 (4,75%), 2019 (4,5%) e 2022 (9%), totalizando 53,00%.

Reivindicamos a recomposição das perdas salariais do período: 39,92%.

Em relação ao revogaço reivindicado na negociação, o governo pediu prazo e que as centrais apresentem prioridades

Campanha salarial no centro do debate

A democratização das Ifes e a articulação de uma Frente Única com centrais sindicais, movimento estudantil e movimento social fizeram parte da discussão

A campanha salarial, que tem como eixos principais a recomposição salarial e a reestruturação da Carreira, foi o centro do debate na plenária nacional da Fasubra realizada nos dias 15 e 16 de julho, em Brasília.

Também constaram da pauta a avaliação da mesa nacional de negociação com o governo, retomada agora (tinha deixado de existir desde 2016), o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e a aprovação de pontos pendentes do Plano de Lutas tirado no XXIV Confasubra, entre outros assuntos.

Das discussões à luz de minuciosa análise do momento político do país, os representantes da categoria de todas as instituições federais de ensino superior (Ifes) da base da Federação aprovaram ações para serem postas em prática neste segundo semestre do ano.

Intensificar a mobilização é o objetivo para garantir a sustentação da luta pelas conquistas esperadas, o que passa, segundo a plenária, pela construção de uma Frente Única.

Esta articulação deve ser feita pela Fasubra por meio do Fórum Nacional dos Servidores Federais (Fonasefe), que reúne as entidades representativas das categorias, como a nossa federação, visan-

do à realização de uma reunião conjunta com as centrais sindicais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

MOVIMENTO POPULAR

Um dos objetivos dessa articulação é fortalecer o movimento nacional pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central para servir a ricos que vivem de renda.

No entendimento da plenária, unir os movimentos sindicais, populares e estudantis para que ocupem as ruas e os espaços institucionais é uma forma concreta de fortalecer a disputa contra a extrema direita golpista e defender projetos que permitam melhorias sociais para a vida da população.

Nesse contexto, as entidades de base da Fasubra devem se articular com os movimentos populares e as entidades sindicais locais, principalmente as dos docentes e estudantes, para organização e mobilização de um amplo apoio às pautas que democratizam as Ifes. Caberá à Federação buscar essa parceria com as entidades nacionais representativas dos diversos setores que compõem a comunidade universitária.



Foto: Divulgação

DELEGAÇÃO. Eleitos em assembleia, representantes da base da UFRJ na plenária em Brasília

Algumas das resoluções da plenária

(Acesse o código QR para conhecer todas as deliberações da plenária com a análise de conjuntura)



25 de julho: Dia Nacional de Lutas contra a Ebserh e pelo cumprimento do piso da enfermagem (Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022).

4 de agosto: Dia Nacional de Luta em defesa da campanha salarial, de investimentos na carreira do PCCTAE e contra o arcabouço fiscal.

- Reconstrução do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) na Lei Orçamentária Anual (LOA), já!
- Recomposição das perdas nos moldes propostos pelo Fonasefe.
- Efetivação dos turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem ponto eletrônico e sem redução de salário, com organização dos horários de trabalho pelas Ifes.
- Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Ifes.
- Alteração da legislação vigente, visando à garantia formal da paridade entre os três segmentos no processo de escolha de dirigentes máximos das Ifes, a garantia de isonomia de critérios a todas as trabalhadoras e trabalhadores das Ifes docentes e técnicos-administrativos em educação em relação à possibilidade de ocupar cargos na Reitoria e a eliminação da necessidade do envio de lista tríplice por parte das instituições ao MEC.

Vitória da mobilização: 77 mil votos para a Carreira e a recomposição salarial

Fotos: Divulgação



Na UFRJ, Sintufrrj foi às bases estimular o voto dos trabalhadores para eleger a carreira dos técnicos-administrativos como uma das cinco propostas incluídas na plataforma do Plano Plurianual do governo por meio da plataforma

PPA Participativo. Foram, precisamente, 77.066 votos na carreira dos trabalhadores técnico-administrativos em educação – a terceira proposta mais votada dentre as cinco que mais atraíram votos. O PPS Participativo é uma iniciativa do governo para que haja par-

ticipação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual (PPA) de 2024 a 2027. A plataforma virtual foi criada pelo governo para coletar propostas. Os autores das cinco propostas mais votadas serão convidados para o 3º Forum Interconse-

lhos, em Brasília. As propostas e programas priorizados pelos usuários com maior engajamento serão analisados pelos órgãos responsáveis. Em seguida, vão virar um Projeto de Lei (PL), que será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agos-

to de 2023, segundo explica o site oficial do PPA. Agora, devemos apoiar a construção da proposta de carreira no GT Carreira-Sintufrrj junto com a Fasubra e levar para as ruas em protestos e mobilizações nossa defesa da Carreira e da Campanha Salarial.

STF e aposentadorias de servidores

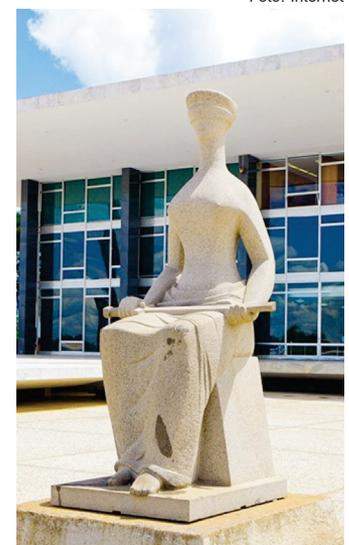
A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as aposentadorias dos servidores que ingressaram no RJU sem concurso foi analisada pelo coletivo jurídico da Fasubra. A preocupação é com o entendimento da Corte Superior de negar aposentadoria a servidores que tenham ingresso sem concurso.

A assessoria jurídica da Fasubra foi enfática em tranquilizar trabalhadores e trabalhadoras da base da Federação, sustentando que, no caso dos servidores federais, esse entendimento jamais prevaleceu. A assessoria jurídica esclareceu que “nos dois casos julgados pelo STF, que geraram as dúvidas sobre a questão,

os servidores estaduais pleiteavam ou o enquadramento em novo plano de carreira ou no regime próprio de previdência, nos quais não foram incluídos pela legislação local”. Já no caso dos servidores federais, quando o RJU foi criado, este expressamente determinou a inclusão de todos os servidores, indepen-

dentemente da forma de ingresso, no regime estatutário e no regime próprio de previdência, unificando todos num único regime. São, portanto, situações distintas a dos servidores federais e aquelas que geraram as decisões do STF sobre enquadramento na carreira ou no regime próprio.

Foto: Internet





ENFERMAGEM: PISO EM QUESTÃO

A Fasubra discorda da forma como o governo está aplicando o piso salarial da enfermagem aos profissionais das universidades federais: descontando da remuneração total do servidor. No entendimento da Federação, como não foram considerados os princípios do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), somente uma parcela ínfima da categoria foi beneficiada.

Em live na quinta-feira, 20, a Fasubra detalhou sua posição. A Federação defende que o piso deve ser aplicado enquanto vencimento básico com repercussão nos pisos dos respectivos Níveis de Classificação do PCCTAE. Ou seja, Auxiliares de Enfermagem (Nível C) R\$ 2.375, Técnicos de Enfermagem (Nível D) R\$ 3.325 e Enfermeiros (Nível E) R\$ 4.750.

AVALIAÇÃO

“O fato de um profissional de enfermagem receber mais que o piso em níveis acima é um desenvolvimento e não a aplicação dos efeitos do piso”, observa o coordenador Marcelo Rosa, da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra.

Segundo o dirigente, o governo, por meio do Ministério de Gestão e Inovação, solicitou orientação à Advocacia-Geral da União, que orientou (parecer de força executória) que fosse considerada toda

a remuneração para cômputo do piso, incluindo incentivo à qualificação, decisões judiciais no contracheque, entre outros.

O resultado desse processo é que menos de 100 pessoas na categoria (dados da Fasubra) seriam beneficiadas pela decisão. Para piorar, o governo ainda segue entendimento de que o piso é aplicado para 44 horas, posição a qual a Fasubra também se opõe.

RECOMENDAÇÃO IMPORTANTE

A Fasubra e o Sintufjrj recomendam que companheiras e companheiros da categoria não ingressem com ação judicial de forma individual, sob pena de possíveis decisões jurídicas de repercussão geral em um momento que o debate do piso não foi finalizado no próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

A orientação é para que acompanhem os informes do Sintufjrj sobre as deliberações na mesa de negociação permanente com governo, bem como a construção de linha jurídica sobre o tema. A Fasubra, por sua vez, também busca unir forças com as demais entidades dos servidores públicos para reforço da luta.

Solicitação – O Sintufjrj solicita que os profissionais da UFRJ que receberam os valores do piso enviem seus contracheques (com o sigilo de informações sensíveis) para a secretaria@sintufjrj.org.br.

Resumo dos fatos

O piso nacional da enfermagem foi aprovado no Congresso Nacional e a Lei nº 14.434/2022 instituiu os novos valores mínimos de remuneração a partir de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. Em maio, o presidente Lula sancionou R\$ 7,3 bilhões para o piso salarial da enfermagem. No dia 30 de junho o STF liberou o pagamento do piso da enfermagem para os funcionários públicos.

UFRJ – A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) confirmou o pagamento do piso da enfermagem na folha de julho que é paga em agosto. Os servidores que recebem o vencimento básico menor que o piso da carreira receberão a diferença deste valor. O pagamento será feito retroativo a maio/2023. Os profissionais NES também receberão. Sobre os extraqua-

dro, a PR-4 informa que ainda estuda como chegar a uma solução adequada.

Em nota, a PR-4 explicou que os pisos relativos a 40 horas semanais são: Enfermagem, R\$ 4.318,18; Técnico de Enfermagem, R\$ 3.022,72 e Auxiliar de Enfermagem, R\$ 2.159,72. Para saber como a mudança vai se refletir no salário, será preciso diminuir o valor do vencimento básico do valor do novo piso referente ao seu cargo.

Segundo a PR-4, a maioria da categoria ganha acima do piso da enfermagem, portanto, se beneficiarão do direito conquistado, principalmente o pessoal no início de carreira. Um outro porém é o fato de a lei aprovada no Congresso não incluir o atendente de enfermagem. Embora seja um cargo extinto, ainda há trabalhadores exercendo essa função na UFRJ, mas não terão a complementação salarial.

ADICIONAL PARA QUEM TRABALHA COM RX: VEJA COMO PROCEDER

CRÉDITO: Departamento Jurídico Trabalhista

A Administração Federal vem propagando há muitos anos a restrição na cumulação do pagamento de adicionais ocupacionais com gratificação de Raio X e adicional de radiação ionizante, restringindo o recebimento de um só adicional.

Assim, o servidor que trabalha em atividades com RX, ao formalizar seu requerimento para pagamento de adicional ocupacional, tem que optar pela Gratificação de RX ou adicional de Insalubridade, nos termos da perícia realizada pela UFRJ.

Entretanto, existe um outro adicional devido em virtude da exposição a radiações ionizantes que também é devido a esse contingente de trabalhadores e pode ser recebido de forma cumulada, assim como os adicionais ocupacionais.

Assim, os servidores

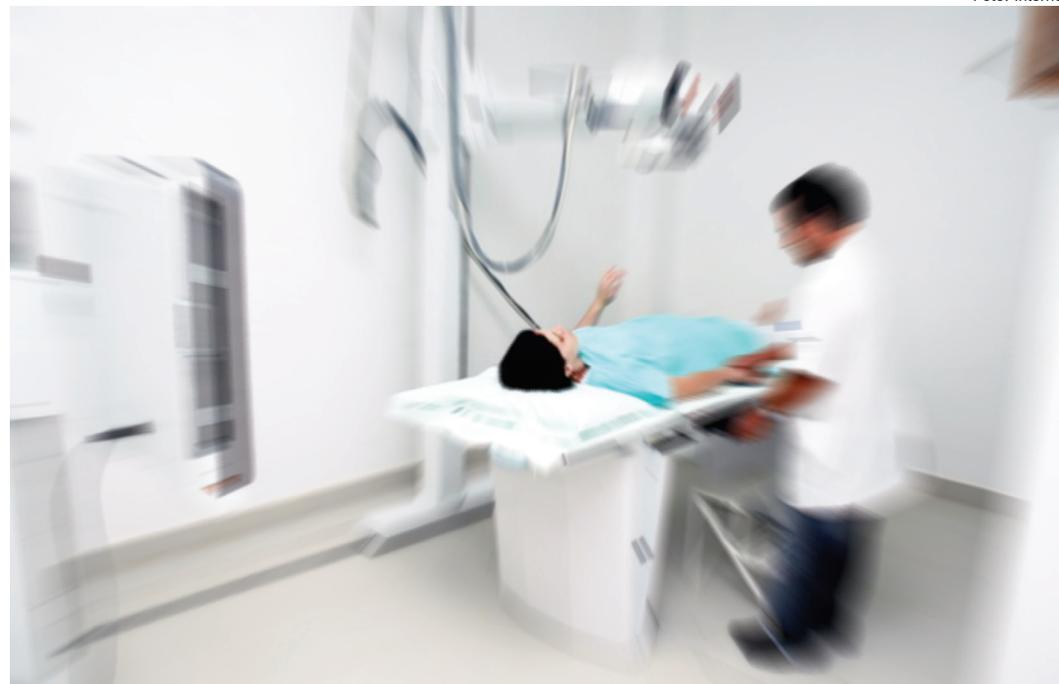


Foto: Internet

que recebem ou têm direito à gratificação de RX podem pleitear a cumulação da referida gratificação/adicional com o adicional de radiação ionizante.

Importante destacar que gratificação de RX, prevista no art. 12, parágrafo 2º, da Lei nº 8.270, Lei nº 1.234, de 1950, e Decreto nº 81.384, de 1978, não se confunde com o

adicional de radiação ionizante (parágrafo 1º do art. 12 da Lei nº 8.270, c/c Decreto nº 877, de 1993).

Há, ainda, por oportuno que se registrar que, enquanto a referida gratificação está relacionada diretamente ao exercício do cargo exercido, e o adicional de radiação ionizante é devido em virtude da exposição a fontes

radioativas no exercício da atividade profissional, portanto, fatos geradores distintos, dispensada, em regra, nova perícia, se já efetivada perícia para concessão do adicional de irradiação ionizante.

O Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais já firmaram entendimento favorável aos servidores nestas

condições, garantindo a cumulação do adicional ocupacional/gratificação de RX com o adicional de radiação ionizante, enquanto permanecerem as mesmas condições de laudo anterior que concedeu direito ao adicional de irradiação ionizante.

Os servidores que se enquadrem nesta situação devem formalizar requerimento administrativo pleiteando a cumulação dos adicionais, em acumulação, instruindo o processo com a perícia e a avaliação realizada pelo Cotar X.

No caso de negativa administrativa, é possível recorrer ao Judiciário para pleitear seu direito.

O Departamento Jurídico Trabalhista do SINTUFRJ está à disposição para sanar dúvidas dos servidores, que podem ser encaminhadas para os telefones 21 96549-0243 ou 21 96549-2530 – e-mail – dejur@sintufrj.org.br.

Sintae em 11ª edição

A décima primeira edição do Seminário de Integração dos Técnicos-administrativos em Educação (XI SINTAE UFRJ) será realizada no final do ano, de 27 de novembro a 1º de dezembro, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN).

O objetivo do Sintae é compartilhar o conhecimento técnico-científico e as experiências profissionais e sociais dos ser-

vidores técnicos das instituições públicas de ensino superior de todo o país. A edição deste ano será no formato híbrido, com apresentações presenciais e virtuais.

As inscrições e a submissão de trabalhos em nível nacional estarão abertas até 3 de setembro. São 23 grupos de trabalho (GT) nas modalidades presencial e híbrida, tais como Artes e Cultura;

Assistência Estudantil; Avaliação Institucional; Carreiras Públicas; Educação e Ciências Sociais; Gestão de Pessoas, entre outros temas.

A divulgação dos trabalhos aprovados e da programação final será no dia 2 de outubro. Inscrições de ouvintes será até 21 de novembro. Mais informações através do site www.sintae.pr4.ufjr.br ou através de sintae@pr4.ufjr.br.



GT Antirracista celebra o mês das mulheres negras

Foto: Elisângela Leite

O resgate histórico do início da luta contra o racismo no país e, principalmente, na UFRJ – quando despontaram nomes na categoria dos técnicos-administrativos em educação que até os dias atuais são referência no movimento pela igualdade racial na universidade – pontuou a discussão no GT Antirracista na quarta-feira, 19.

Uma das deliberações da reunião foi a realização nos próximos dias (27 ou 28) de uma live para discutir a participação da mulher negra no mundo do trabalho, evento que marcará o mês dedicado a Tereza de Benguela, líder do quilombo Quariterê que viveu no século XVIII, e ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho).

No domingo, 30, a Marcha das Mulheres Negras celebrará a data de 25 de julho. Concentração às 9h, no Posto 5, em Copacabana. O Sintufjrj participará.

As próximas reuniões do GT serão nas seguintes datas: dia 16 de agosto e 20 de setembro.

REORGANIZAÇÃO

Nesse momento de retomada do grupo de trabalho, o Sintufjrj se destaca como sendo importante



ENGAJAMENTO. Sintufjrj retoma, por meio de grupo de trabalho, debate sobre racismo. O momento é de resgate histórico do movimento

referência na organização do enfrentamento ao preconceito racial na base da Fasubra, legado que é sempre lembrado nas reuniões.

“A retomada do GT Antirracista é muito importante para a gestão sindical 2022-2025”, afirmou a coordenadora de Educação e Cultura Helena Alves.

“Esta é a primeira vez que participo de uma reunião deste GT, porque na direção dividimos as responsabilidades das ações políticas, mas atuar para que a luta antirracista na universidade avance é uma tarefa fundamental”, acrescentou a coordenadora de Políticas Sociais Anai Estrela. As duas dirigentes e os militantes de base Hilén Moises e Clério Rosa coordenaram a reunião.

DEPOIMENTOS

Vários dos presentes na reunião compartilharam experiência de combate ao preconceito. “Estou no movimento negro desde o século passado, e resgatar essa discussão é importante”, disse Clério Rosas. Ele é um dos fundadores do Movimento Negro Uni-

“Racismo é uma violência que gera mais violência”

CLÉRIO ROSA

ficado (MNU) e um participante ativo do combate ao racismo na universidade.

“Tenho muito a aprender e a ouvir dos companheiros”, registrou José

Carlos Xavier de Oliveira, do Dap/Siarq. O aposentado Nelson (ex-enfermeiro do HU): “O movimento antirracista tem que ser fortalecido, e estou à disposição do GT”. “Quero aprender com quem já fez para colaborar melhor com o movimento contra o racismo”, comprometeu-se Lenice Lima, aposentada.

“O movimento contra o racismo foi criado com muitas lágrimas e lutas, na Fasubra e na CUT. Precisamos reviver esses momentos para dar continuidade a essa luta com qualidade”, afirmou o aposentado Boaventura Souza Pinto, militante da base do Sintufjrj desde a criação da associação (Asufjrj) que deu origem ao Sintufjrj, em 1985.

“O movimento negro

começou com o colonialismo, quando devido à cor da pele queriam transformar um povo em animal. A supremacia europeia se formou e enriqueceu roubando o povo africano”, compartilhou Hilén Moises.

“Desde o seu início, na década de 1970, com a criação do MNU, o objetivo do movimento negro é denunciar o racismo, que na época era muito forte. Os trabalhadores negros não tinham carteira assinada e nem entravam na academia. Em 2002, com a criação da Seppir (Secretaria Nacional de Políticas de Igualdade Racial), no governo Lula, e a discussão das cotas, essa realidade começou a mudar”, avaliou o mestrando do Instituto de História da UFRJ Editon Dias.

UNE: Um congresso para ficar na história

Principal organização do movimento estudantil mostra força política em conjuntura com novas perspectivas

Palas emocionadas, protestos, muitas reivindicações, promessas, compromissos assumidos e homenagens marcaram o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado de 12 a 16 de julho, em Brasília.

Foram cinco dias de trabalho e agitação para os cerca de 10 mil estudantes de todas as regiões do país que participaram do maior encontro político da juventude brasileira.

Debates, grupos de discussão, atos políticos e atividades culturais constaram da agenda do evento, que culminou com a aprovação da carta à sociedade “Pela paz, contra a cultura da violência e por uma educação antifascista”.

O presidente Lula e vários ministros prestigiaram momentos importantes do congresso, um dos mais concorridos em mais de meio século.

CRÍTICAS A BARROSO

O primeiro dia foi marcado pelas vaias ao ministro Luís Roberto Barroso, do STF. A ação foi liderada por coletivos estudantis do campo de oposição de esquerda, como Correnteza, UJC e Juventude Manifesta. “Golpista”, gritavam os estudantes, em alusão a decisões de Barroso contra o presidente Lula, durante o processo de *lawfare* tocado pela Justiça Federal do Paraná com base nas ações de Sergio Moro.



Foto: UNE

COORDENADORES, professores e assessores envolvidos na missão da educação

SintufRJ na mesa

No segundo dia do congresso, cerca de cinco mil estudantes protagonizaram a Marcha Contra os Juros Extorsivos do Banco Central, em frente à sede do órgão. Os manifestantes denunciaram o privilégio dos banqueiros perante os investimentos na educação.

O coordenador-ge-

ral do SintufRJ Esteban Crescente participou da mesa de debates “Menos Juros e Mais Educação”. O dirigente sindical reforçou que os juros altos são uma parte do problema chamado Sistema da Dívida Pública, que desvia metade do orçamento da União para remuneração de títulos em benefício do setor finan-

ceiro. E aproveitou a oportunidade para divulgar a Campanha da Carreira no PPA entre os estudantes.

O SintufRJ contribuiu financeiramente para garantir a participação de estudantes da UFRJ no 59º Congresso da UNE.

Fontes: UNE e outras publicações via Internet.

Barroso também foi hostilizado sob acusação de ter contribuído para o golpe de 2016 que derrubou Dilma Rousseff e por ser contra o piso da enfermagem, dobrando-se ao *lobby* dos donos de clínicas e casas de saúde particulares.

As entidades estudantis leram um documento contendo várias reivindicações para a mesa das autoridades, que reunia o presidente Lula, ministros e lideranças populares, dentre os quais os presidentes do Partido Unidade Popular, Leonardo Péricles, e do PSol, Juliano Medeiros.

“Longa, árdua e apimentada” foi como Lula se referiu ao documento reivindicatório dos estudantes, acrescentando logo em seguida: “somente um governo eleito por vocês é capaz de cumprir essa pauta.”

O ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica foi o homenageado do congresso. Ele defendeu a união da América Latina e alertou que “quanto mais desunidos, mais dominados vamos estar”.

A recepção a Camilo Santana, ministro da Educação, teve palavras de ordem: “Revoga Nem” foi uma delas, em referência ao projeto do Novo Ensino Médio. Ele respondeu aos manifestantes que suspendeu a implantação do projeto.